

**PARTE A****PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Gabinete do Presidente

Despacho n.º 4258/2015

Nos termos do artigo 2.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 51/92, de 11 de abril, nomeio vogais da Comissão Organizadora das Comemorações do

Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em 2015, as seguintes individualidades:

Dr. Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro;
Arqt.ª Ana Maria Bustorff Silva Marques Martinho;
António Augusto dos Santos;
Dr.ª Lúcia Maria Duarte Simões Matos Marinho.

20 de abril de 2015. — O Presidente da República, *Aníbal Cavaco Silva*.

208589633

**PARTE C****PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**

Gabinete do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Despacho n.º 4259/2015**Reconhecimento de fundação**

No uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 6990/2013, de 21 de maio de 2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2013, nos termos do artigo 40.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, ouvidos os serviços competentes do Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social e com os fundamentos constantes da informação DAJD/308/2015 que faz parte integrante do processo administrativo n.º 41/FUND/2014-SGPCM, defiro o pedido de reconhecimento da Fundação Sporting Clube de Portugal.

7 de abril de 2015. — O Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, *Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes*.

208567706

Secretaria-Geral

Declaração de retificação n.º 307/2015

Nos termos das disposições da alínea *r*) do n.º 2 do artigo 2.º e do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 4/2012 de 16 de janeiro conjugadas com o disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Publicação de Atos no *Diário da República*, aprovado pelo Despacho Normativo n.º 35-A/2008 de 29 de julho, alterado pelo Despacho Normativo n.º 13/2009 de 1 de abril, declara-se que o Despacho n.º 2702-C/2015, de 13 de março, publicado no *Diário da República* n.º 51, 2.ª série, 3.º suplemento, de 13 de março de 2015, saiu com a seguinte inexactidão que, mediante declaração da entidade emitente, assim se retifica:

No ponto 12, onde se lê:

«12 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de março de 2015.»

deve ler-se:

«12 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de abril de 2015.»

22 de abril de 2015. — A Secretária-Geral Adjunta, *Catarina Maria Romão Gonçalves*.

208591941

Agência para a Modernização Administrativa, I. P.

Aviso (extrato) n.º 4554/2015

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que as listas unitárias de ordenação final do procedimento concursal com vista ao preenchimento de 2 postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, Referências SA-001-PS e SA-002-BE, publicitado sob o Aviso n.º 16352/2012, no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 236, de 6 de dezembro, homologadas por despacho do Sr. Presidente do Conselho Diretivo da AMA, I. P. de 8 de abril de 2015, encontram-se publicitadas em www.ama.pt.

Do despacho de homologação das listas de ordenação final pode ser interposto recurso tutelar, nos termos do n.º 3 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009.

10 de abril de 2015. — O Diretor do Gabinete Jurídico da AMA, I. P., *Paulo Manuel Múrias Bessone Mauritti*.

208567099

Alto Comissariado para as Migrações, I. P.

Gabinete do Alto-Comissário para as Migrações

Aviso n.º 4555/2015**Aviso de notificação da lista definitiva de excluídos e admitidos à Avaliação Psicológica**

1 — Informa-se, nos termos da alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, que a lista definitiva dos resultados obtidos na aplicação do método de seleção “Avaliação Psicológica” relativa ao procedimento concursal comum para ocupação de 16 postos de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior a que faz referência o Aviso n.º 4107/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 60 de 26 de março, se encontra afixada nas instalações do Alto Comissariado para as Migrações, IP (ACM;IP) sitas na Rua dos Anjos, 66 4.º 1150-039 Lisboa, podendo ainda ser consultada no sítio institucional do ACM,IP www.acidi.gov.pt, na funcionalidade “procedimentos concursais”

2 — Da exclusão, pode ser interposto recurso tutelar, nos termos do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

Mais se informa que os candidatos admitidos à fase seguinte serão notificados, oportunamente, pela forma estipulada na alínea *a*) do n.º 3 do artigo 30.º (email com recibo de entrega da notificação) para a realização do método de seleção “Entrevista Profissional de Seleção”.

20 de abril de 2015. — O Presidente do Júri, *Pedro Miguel Laranjeira da Cruz Calado*.

208583599

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 4556/2015

Por despacho de 01/04/2015 do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, estando extinta a Comissão de Acompanhamento de Revisão do Plano Diretor Municipal de Palmela, face ao disposto na alínea *b*) do artigo 20.º da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de novembro, é constituída a nova Comissão de Acompanhamento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 5.º do mesmo diploma, presidida pelo representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e integrando um representante das seguintes entidades e serviços:

Câmara Municipal de Palmela;
 Assembleia Municipal de Palmela;
 Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas;
 Agência Portuguesa do Ambiente;
 Turismo de Portugal;
 Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação;
 Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo;
 Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo;
 Instituto da Mobilidade e Transportes;
 Rede Ferroviária Nacional;
 Direção-Geral do Património Cultural;
 Autoridade Nacional de Proteção Civil;
 Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana;
 Câmara Municipal de Vendas Novas;
 Câmara Municipal do Montijo;
 Câmara Municipal da Moita;
 Câmara Municipal de Setúbal;
 Câmara Municipal de Sesimbra;
 Câmara Municipal de Alcochete;
 Câmara Municipal do Barreiro;
 Câmara Municipal do Seixal.

O presente revoga o despacho a que se refere o Aviso n.º 16777/2009, de 17 de setembro de 2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 187, de 25 de setembro de 2009.

10 de abril de 2015. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *João Pereira Teixeira*.

208566191

Despacho n.º 4260/2015

Considerando que:

As Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional foram integradas na Presidência do Conselho de Ministros, através do Decreto-Lei n.º 119/2013, de 21 de agosto, que altera o Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de julho, que aprova a Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional;

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), na sequência de reestruturação, não tem ainda o respetivo modelo interno de organização aprovado;

As atuais unidades orgânicas deverão continuar a dar cumprimento às suas atribuições e competências, garantindo-se assim o regular e normal funcionamento desta Comissão de Coordenação;

Entre outras, a CCDR-LVT tem as atribuições de dinamizar a cooperação inter-regional e transfronteiriça e assegurar a articulação entre instituições da administração direta do Estado, autarquias locais e entidades equiparadas, contribuindo para a integração europeia do espaço regional e para o reforço da sua competitividade interna e externa com base em estratégias de desenvolvimento sustentável de níveis regional e local e de promover e garantir uma adequada articulação intersectorial entre os serviços desconcentrados de âmbito regional, em termos de concertação estratégica e de planeamento das intervenções de natureza ambiental, económica e social, numa ótica de desenvolvimento regional;

A Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional incumbe prosseguir as atividades enunciadas no artigo 2.º da Portaria n.º 528/2007, de 30 de abril;

A continuidade das atividades acima descritas não se compadece com a vacatura do lugar de Diretora de Serviços de Desenvolvimento Regional, originada pela aposentação da anterior titular, a qual competimetria o normal e regular funcionamento da CCDR LVT e dos serviços que a integram;

A licenciada Ana Isabel Prata Ramos, possui os requisitos formais exigidos e o perfil profissional pretendido para o lugar a prover, conforme nota curricular em anexo.

Designo, ao abrigo e nos termos conjugados dos artigos 20.º e 27.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, a licenciada Ana Isabel Prata Ramos, técnica superior do mapa de pessoal da CCDR-LVT, para exercer, em regime de substituição, o cargo de direção intermédia de 1.º grau — Diretora de Serviços de Desenvolvimento Regional (DSDR), da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, unidade orgânica nuclear prevista na alínea *a*) do artigo 1.º da Portaria n.º 528/2007 de 30 de abril.

O presente despacho produz efeitos a 1 de abril de 2015.

10 de abril de 2015. — O Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, *João Pereira Teixeira*.

ANEXO

Nota relativa ao *curriculum* académico e profissional da licenciada Ana Isabel Prata Ramos

1 — Identificação:

Nome: Ana Isabel Prata Ramos.
 Data de nascimento: 1 de dezembro de 1962.

2 — Habilitações Académicas:

Licenciada em Economia, pela Universidade Católica Portuguesa, em 1987.

3 — Percurso Profissional:

2014, novembro-2015, março — Exerce funções de Técnica Superior na Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P., no núcleo de acompanhamento dos Programas financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e pelo Fundo de Coesão.

2009, dezembro-2014, outubro — Exerceu funções de Secretária Técnica de Relações Institucionais da Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER) e do Programa para a Rede Rural Nacional (PRRN), financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), para o período 2007-2013.

2007-2009, novembro — Foi responsável pela coordenação da área de gestão administrativa e financeira da Estrutura de Missão para a Gestão de Fundos Comunitários, criada na dependência do Ministro da Administração Interna, para assegurar a gestão dos Programas Comunitários de Solidariedade e Gestão de Fluxos Migratórios, para o período 2007-2013.

1998-2002 — Exerceu funções de Gestora do Programa Operacional de Ordenamento do Território e Luta Contra a Seca em Portugal, aprovado pela Comissão Europeia no âmbito da Iniciativa Comunitária INTERREG II C.

1997-2006 — Exerceu funções de Chefe de Divisão de Infraestruturas Económicas na Direção-Geral do Desenvolvimento Regional.

1995-1997 — Exerceu funções de Chefe de Divisão de Avaliação de Planos e Programas na Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

1988-1995 — Exerceu funções de Técnica Superior na Direção Regional de Planeamento e Desenvolvimento da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

208566207

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 4261/2015

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 118/2011, de 15 de dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 142/2012, de 11 de julho, 6/2013, de 17 de janeiro, e 51/2014, de 2 de abril, e pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, conjugado com o disposto no mapa anexo ao mesmo diploma, o cargo de diretor de finanças de Lisboa é um cargo de direção superior de 2.º grau;